

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.793.940 - AL (2019/0020795-5)**

RECORRENTE : MANOEL DE MENDONCA FRAGOSO  
RECORRENTE : MANOEL MAFRA FRAGOSO  
RECORRENTE : JOAO ALEXANDRE DA SILVA  
RECORRENTE : ARNALDO ALEXANDRE DA SILVA  
RECORRENTE : LUIZ BATISTA DE FARIAS  
ADVOGADOS : JUAREZ DA ROCHA ACIOLI NETTO - AL008213  
DIEGO BELTRÃO DE AZEVEDO TENORIO ACIOLI -  
AL008409  
TIAGO BELTRÃO DE AZEVEDO TENÓRIO ACIOLI -  
DF034372  
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por MANOEL DE MENDONÇA FRAGOSO e OUTROS, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, assim ementado:

EMENTA: TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. FUNRURAL. PRODUTOR RURAL. PESSOA FÍSICA. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL, DO ART. 25 DA LEI 8.212/91, NA REDAÇÃO DADA PELAS LEIS 8.540/92 E 9.528/97. LEI 10.256/2001, NOVA REDAÇÃO AO ART. 25 DA LEI 8.212/91. CONSTITUCIONALIDADE. LC 118/2005. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. MODIFICAÇÃO DO ENTENDIMENTO PELO STF.

1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 363.852/MG, declarou a inconstitucionalidade dos artigos 12, incisos V e VII, 25, incisos I e II, e 30, inciso IV, da Lei nº 8.212/91, com as redações decorrentes das Leis nº 8.540/92 e nº 9.528/97 até que a legislação nova, animada na Emenda Constitucional nº 20/98 disponha sobre a contribuição. (RE. 363.582-MG, Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 03/02/2010, DJe 23-04-2010, trânsito em julgado em 08.06.2010)

2. Com a edição da Lei nº 10.256/2001 não há que se falar em inconstitucionalidade da contribuição previdenciária discutida no presente feito, prevista no art. 25. I e II, da Lei nº 8.212/91, eis que cobrada com espeque no art. 195.1, alínea b, da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 20/98.

3. Também que foi julgado o RE 596.177-RS, submetido ao regime de repercussão geral, tendo sido mantido o entendimento esposado no RE 363.582 - MG que tratava da mesma matéria.

4. A Primeira Seção do STJ, em recurso repetitivo da controvérsia, decidiu que "em se tratando de pagamentos indevidos efetuados antes da entrada em vigor da LC 118/05 (09.06.2005), o prazo prescricional para o contribuinte pleitear a restituição do indébito, nos casos dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, continua observando a cognominada

tese dos cinco mais cinco, desde que, na data da vigência da novel lei complementar, sobejem, no máximo, cinco anos da contagem do lapso temporal (REsp nº 1002932/SP, Relato/ Ministro Luiz Fux, DJe 18/12/2009)

5. No entanto, o Pretório Excelso, em recentíssimo julgamento realizado no RE nº 566621/RS, decidiu acerca da aplicação da prescrição de 05 anos estabelecida pela LC nº 118/05 às ações ajuizadas após a sua vacatio leais.

6. A insigne Relatora, Min. Ellen Gracie, destacou no seu voto que "vencida a vacatio legis de 120 dias, é válida a aplicação do prazo de cinco anos às ações ajuizadas a partir de então, restando inconstitucional apenas sua aplicação às ações ajuizadas anteriormente a esta data".

7. Tendo a ação ordinária sido ajuizada em 08.06.2010 e almejando-se a restituição/compensação de valores pagos até a entrada em vigor da Lei nº 10.256/01, encontram-se prescritos todos os créditos desta ação.

5. Apelação da Fazenda Nacional e remessa oficial providas e apelação do particular improvida.

Na origem, trata-se de ação que objetiva afastar a exigibilidade de contribuições previdenciárias incidentes sobre a comercialização da produção rural dos autores, previstas no artigo 25, I e II, da Lei 8.212/91, bem como a restituição de eventuais indébitos. O valor da causa, em maio de 2010, era de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Em sede de sentença, os pedidos foram julgados parcialmente procedentes para condenar a União a ressarcir os valores recolhidos entre 8/6/2000 e 8/10/2001.

O tribunal *a quo*, em julgamento de apelação, reformou a sentença, reputando devida a contribuição ao FUNRURAL e prescritos todos os créditos postulados na ação.

Interpostos embargos de declaração, esses foram acolhidos somente para sanar a omissão quanto à fixação da verba honorária.

No recurso especial, os recorrentes apontam violação aos arts. 97, 150, §4º e 168, I, todos do CTN.

Sustentam, em síntese, que não há previsão legal nem da base de cálculo, nem da alíquota da contribuição incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, motivo pelo qual a exação seria ilegal e inconstitucional. Afirmam, ainda, que o prazo prescricional para a restituição de eventuais indébitos é decenal.

Apontam dissídio jurisprudencial.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

É o relatório. Decido.

A matéria deduzida no presente recurso foi conhecida e julgada em repercussão geral no RE n. 718.874/RS, Tema n. 669/STF, ocasião em que

ficou definido que "É constitucional formal e materialmente a contribuição social do empregador rural pessoa física, instituída pela Lei 10.256/2001, incidente sobre a receita bruta obtida com a comercialização de sua produção."

Conforme o art. 1.031, §2º, do CPC/2015: "Se o relator do recurso especial considerar prejudicial o recurso extraordinário, em decisão irrecorrível, sobrestará o julgamento e remeterá os autos ao Supremo Tribunal Federal".

Por sua vez, o art. 1.036, §1º, do CPC/2015 determina o sobrestamento dos recursos que tratem de idêntica controvérsia, enquanto o art. 1.039 do CPC/2015, observa que, julgado o mérito do recurso extraordinário, com repercussão geral reconhecida, os recursos extraordinários sobrestados serão apreciados pelos órgãos colegiados, ou seja, Tribunais, Turmas de Uniformização ou Turmas Recursais, que poderão declará-los prejudicados ou se retratar.

Finalmente, os arts. 1.040 e 1.041, ambos do CPC/2015, dispõem sobre a atuação do Tribunal de origem após o julgamento do recurso extraordinário submetido ao regime de repercussão geral ou ao recurso especial submetido ao regime dos recursos repetitivos.

De acordo com esses últimos dois dispositivos, há a previsão de negativa de seguimento dos recursos, de retratação do órgão colegiado para o alinhamento das teses ou, ainda, de manutenção do acórdão divergente, com a remessa dos recursos aos Tribunais correspondentes.

Nesse panorama, cabe ao Ministro Relator no Superior Tribunal de Justiça, com o julgamento do paradigma pelo Supremo Tribunal Federal, determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem, para que seja reexaminado o acórdão recorrido e realizada a superveniente admissibilidade do recurso especial.

Sobre o assunto, confirmam-se as decisões proferidas no AREsp 1276555/ES, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 26/04/2018, REsp n. 1.277.581/MG, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJe 02/04/2018 e o AREsp 863549/MS, Rel. GURGEL DE FARIA, DJ 27.4.2018, do qual se extrai o seguinte excerto, *verbis*:

A questão, objeto do apelo extremo, foi decidida pelo Supremo Tribunal Federal na oportunidade em que julgado o RE 596.177/RS, em repercussão geral, relator o Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, no sentido de reconhecer a inconstitucionalidade do art. 1º da Lei n. 8.540/1992, que deu nova redação aos arts. 12, V e VII, 25, I e II, e 30, IV, da Lei n. 8.212/1991.

Posteriormente, a mesma Corte Suprema, na apreciação do RE 718.874/RS, em sessão realizada no dia 29/03/2017, também sob o regime de repercussão geral, fixou a seguinte tese: É constitucional formal e materialmente a contribuição social do empregador rural pessoa física, instituída pela Lei n. 10.256/2001, incidente sobre a receita bruta obtida com a comercialização de sua produção.

Assim, já julgada a questão pelo Pretório Excelso, bem como por medida de economia processual, os autos deverão retornar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região para que lá seja realizado o juízo de conformação com o precedente obrigatório do STF, nos termos dos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Somente depois de realizada essa providência, que representa o exaurimento da instância ordinária, é que os autos poderão ser encaminhados para esta Corte Superior a fim de que aqui possam ser analisadas as questões jurídicas suscitadas, e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*. Ante o exposto, DETERMINO o sobrestamento do julgamento deste recurso até a realização do juízo de conformação pela Corte de origem com o precedente do STF, bem como a devolução dos autos ao Tribunal *a quo*, com a respectiva baixa, para que tal providência seja realizada.

Ante o exposto, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, em conformidade com a previsão do art. 1.040, c.c. o §2º do art. 1.041, ambos do CPC/2015: a) na hipótese da decisão recorrida coincidir com a orientação do Supremo Tribunal Federal, seja negado seguimento ao recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou b) caso o acórdão recorrido contrarie a orientação do Supremo Tribunal Federal, seja exercido o juízo de retratação e considerado prejudicado o recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou c) finalmente, mantido o acórdão divergente, o recurso especial seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de março de 2019.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
Relator